

## **EDITAL DE HABILITAÇÃO N.º 01/2025**

### **HABILITAÇÃO AO CARGO DE OUVIDOR – GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 80/94, com redação dada pela Lei Complementar nº 132/09; artigo 28, inciso I, e 40-E, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 65/03 e Deliberação CSDPMG nº 180/2021 torna público, para ciência das pessoas interessadas, que se encontra aberto o prazo para a inscrição de cidadãos e cidadãs que desejarem se habilitar ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, bem como das entidades civis que desejarem se habilitar para, representando a sociedade civil, participar da formação da lista tríplice para a escolha do cargo supracitado.

O prazo para a habilitação se inicia às 00h do dia 31 de março de 2025 e se encerra às 23h59min do dia 04 de abril de 2025.

Os requerimentos de inscrição, juntamente da documentação exigida nos anexos I e II, que integram esse edital, deverão ser enviados ao Conselho Superior da Defensoria Pública para o e-mail: [edital.ouvidoria2025@defensoria.mg.def.br](mailto:edital.ouvidoria2025@defensoria.mg.def.br).

A habilitação e a forma de seleção serão regidas pela Deliberação CSDPMG nº 180 de 2021.

O cronograma estimado encontra-se no Anexo III que integra este edital.

Belo Horizonte, 18 de março de 2025

**Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias**  
Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais  
**Presidente do Conselho Superior**

## **ANEXO I**

### **Requisitos para Habilitação de Cidadãos e Cidadãs**

#### **1. Poderão habilitar-se ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais as pessoas que preencham os seguintes requisitos:**

- 1.1. Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizado(a), ou português(a) amparado(a) pela reciprocidade de direitos consignada na legislação específica;
- 1.2. Estar no exercício pleno dos direitos políticos e quite com as obrigações eleitorais;
- 1.3. Não incidir nas hipóteses de inelegibilidade do artigo 14, § 4º, da Constituição Federal;
- 1.4. Estar quite com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- 1.5. Possuir reputação ilibada e proba, comprovada por meio de certidões elencadas nos subitens 2.5 a 2.10;
- 1.6. Não ocupar outro cargo eletivo, em qualquer uma das esferas da Administração Pública e em qualquer âmbito de poder;
- 1.7. Não ter ocupado, nos 12 (doze) meses anteriores à publicação deste edital, cargo de representação em partido político, sindicato ou associação de classe;
- 1.8. Não ser integrante das carreiras jurídicas de Estado e de Governo;

1.9. Não ser membro da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, ativo ou inativo, nem servidor da Instituição, bem como não ser destes cônjuge ou companheiro(a) ou ter parentesco, por consanguinidade, civil ou afinidade, até o terceiro grau, nem ser servidor do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Instituição;

1.10. Não ter tido, nos 12 (doze) meses anteriores à publicação deste edital, vínculo jurídico com as entidades civis selecionadas para participarem do procedimento de escolha do Ouvidor-Geral ou interesse de qualquer natureza nas atividades por elas desenvolvidas.

## **2. Para habilitar-se ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais deverá ser apresentado via e-mail:**

### **2.1. Requerimento de habilitação contendo:**

2.1.1. Declaração de concordância com as normas contidas no edital;

2.1.2. Declaração atestando o preenchimento dos requisitos para a investidura do cargo, sob pena de responsabilidade pessoal;

2.1.3. Declaração em que conste(m) a(s) cidade(s) de residência nos últimos 5 (cinco) anos, com indicação da comarca a qual pertence;

2.1.4. Arrazoado abordando os propósitos pessoais, os princípios de política institucional para a Ouvidoria-Geral e as práticas democrático-participativas no âmbito da Defensoria Pública;

2.1.5. Declaração atestando o cumprimento das condições exigidas nos subitens 1.6. a 1.10 do item 1;

### **2.2. Currículo pessoal;**

### **2.3. Documentação comprobatória das condições exigidas nos subitens 1.1 a 1.5 do item 1;**

- 2.4. Cópia de documento de identidade;
- 2.5. Cópia do título de eleitor e de certidão, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral, de que se encontra em dia com as obrigações eleitorais, acompanhada de sua autenticidade quando emitida pela internet;
- 2.6. Certidão, fornecida pela Justiça Eleitoral, comprovando a inexistência de crime eleitoral, acompanhada de sua autenticidade quando emitida pela internet;
- 2.7. Certidões dos distribuidores:
- 2.7.1. cíveis e criminais das Justiças Federal e Estadual ou do Distrito Federal e de seus respectivos Juizados Especiais Cíveis e Criminais das cidades/comarcas em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;
  - 2.7.2. criminais da Justiça Militar Federal e Estadual ou do Distrito Federal das cidades/comarcas em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- 2.8. Folha de antecedentes criminais da Polícia Federal e da Polícia Civil Estadual ou do Distrito Federal das cidades/comarcas em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- 2.9. Certidões dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios onde houver, em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos, que comprove a inexistência de parecer desfavorável ou julgamento irregular e de débitos pendentes;
- 2.10. Certidão negativa do Tribunal de Contas da União que comprove a inexistência de contas julgadas irregulares, de inabilitação para a função pública e de inexistência de processos pendentes.

## **ANEXO II**

### **Requisitos para Habilitação das Entidades Civas**

**1. Poderão habilitar-se para participar do procedimento de formação da lista tríplice ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais as entidades civis que preencham os seguintes requisitos:**

- 1.1. Ser entidade ou organização de natureza privada;
- 1.2. Estar legalmente constituída há pelo menos 03 (três) anos;
- 1.3. Não possuir fins lucrativos;
- 1.4. Possuir abrangência estadual ou nacional;
- 1.5. Possuir, entre suas finalidades institucionais, a promoção e defesa de direitos diretamente relacionados a alguma das áreas afetas à Defensoria Pública;
- 1.6. Representar interesses sociais relevantes que guardem pertinência temática com as atividades da Defensoria Pública.

**2. A entidade civil que pretender habilitar-se para participar do procedimento deverá apresentar via e-mail as seguintes comprovações devidamente registradas:**

- 2.1. Requerimento de habilitação, acompanhado do respectivo comprovante de mandato/poder de representação do seu subscritor, contendo declaração de concordância com as normas contidas no edital;

- 2.2. Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral na Receita Federal – CNPJ;
- 2.3. Ata de constituição da Entidade;
- 2.4. Ata contendo a eleição da diretoria atual;
- 2.5. Estatuto Social;
- 2.6. Relatório de atividades e/ou outros documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos elencados nos subitens do item 1 deste anexo.

**ANEXO III**  
**CRONOGRAMA\***

| <b>DATAS</b>                   | <b>EVENTOS</b>   |
|--------------------------------|--|
| <b>19/03/2025</b>              | Edital de abertura   |
| <b>31/03/2025 a 04/04/2025</b> | Período de habilitações  |
| <b>08/04/2025</b>              | Divulgação da lista preliminar de habilitados no Diário Eletrônico da Defensoria Pública                     |
| <b>09/04/2025 e 10/04/2025</b> | Prazo de apresentação de impugnações   |
| <b>11/04/2025</b>              | Divulgação com abertura de prazo de resposta às impugnações.   |
| <b>14/04/2025 e 15/04/2025</b> | Prazo para respostas dos impugnados  |
| <b>25/04/2025</b>              | Reunião Extraordinária do Conselho Superior para julgar habilitações/impugnações                             |
| <b>16/05/2025</b>              | Reunião do Conselho Superior para formação da lista tríplice pela Sociedade civil e escolha do Ouvidor-Geral |
| <b>17/05/2025</b>              | Publicação da nomeação do Ouvidor-Geral  |

\* O cronograma poderá ser alterado de acordo com a conveniência e necessidade do Conselho Superior.

## DECLARAÇÃO

EXMA. SRA. DRA. PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

\_\_\_\_\_ (nome do cidadão), brasileiro(a),  
\_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), inscrito no RG  
sob nº \_\_\_\_\_, e no CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_,  
em \_\_\_\_\_, vem, por meio deste, requerer a Vossa Excelência a  
habilitação ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de  
Minas Gerais, nos moldes do Edital nº \_\_\_\_/2025, apresentando, em anexo, a  
documentação exigida, bem como currículo pessoal e arrazoado abordando os  
propósitos pessoais, os princípios de política institucional para a Ouvidoria-  
Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e as práticas  
democrático-participativas no âmbito da Defensoria Pública do Estado de  
Minas Gerais.

Nestes termos, pede deferimento.  
Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
NOME POR EXTENSO



## DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_ (nome do cidadão), brasileiro(a), \_\_\_\_\_  
(estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), inscrito no RG sob nº  
\_\_\_\_\_, e no CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, em  
\_\_\_\_\_, vem, por meio desta, DECLARAR que concordo com as  
regras contidas no Edital nº \_\_\_\_/2025.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
NOME POR EXTENSO

## DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_ (nome do cidadão), brasileiro(a), \_\_\_\_\_  
(estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), inscrito no RG sob nº  
\_\_\_\_\_, e no CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, em  
\_\_\_\_\_, vem, por meio desta, DECLARAR que preenche todos  
requisitos para a investidura no cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública  
do Estado de Minas Gerais constantes do Edital nº \_\_\_\_/2025, estando ciente de  
que a falsidade da informação implica sanções penais previstas em lei.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
NOME POR EXTENSO

## DECLARAÇÃO

EXMA. SRA. DRA. PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

\_\_\_\_\_ (nome da entidade civil), inscrita no CNPJ  
sob nº \_\_\_\_\_, com sede na  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro  
\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, representado por  
\_\_\_\_\_ (nome do representante legal), brasileiro(a),  
\_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), inscrito no RG  
sob nº \_\_\_\_\_, e no CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, em  
\_\_\_\_\_, vem, por meio deste, requerer a Vossa Excelência a  
habilitação para participar da formação da lista tríplice para escolha do cargo de  
Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, nos moldes do  
Edital nº \_\_\_\_/2025, apresentando, em anexo, a documentação comprobatória das  
condições exigidas.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
NOME DA ENTIDADE CIVIL POR EXTENSO  
NOME DE SEU REPRESENTANTE LEGAL